



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

5ª Reunião do Grupo de trabalho da Revisão da Resolução 413/2009 (Teams)

Data: 11 de março de 2025.

Local: TEAMS.

## Resumo da reunião

### 1- Membros e participantes

Setor	Nome	Órgão
1 - Governo Federal	Luciene Mignani	MPA
1 – Governo Federal	Juliana Lopes da Silva	MPA
1 – Governo Federal	Felipe Wilhelm Peixoto	MPA
1 – Governo Federal	Cláudia Marques	MME/Rec. Hídricos
1 – Governo Federal	Joeliton dos Santos	IBAMA
1 – Governo Federal	Felipe Boldens MPA	MPA
1 – Governo Federal	Daniel Henrique Galileu	MPA
2 – Governo Estadual	Sérgio Winkler	EPAGRI/SC
2 – Governo Estadual	Valdelice Barreto	SEMAC-CE
2 – Governo Estadual	Daniel Alievi	ABEMA/SE
2 – Governo Estadual	Robert Hickson	IAP/PR
2 – Governo Estadual	Aline Oliveira Machado	INEMA/BA
2 – Governo Estadual	Mara Medeiros	IDEMA/RN
2 – Governo Estadual	Carlos André Lima	IPA/AM
2 – Governo Estadual	Bruno de Oliveira	IMA/AL
2 – Governo Estadual	Joyce Rodrigues	SEMAD-GO
2 – Governo Estadual	Lorena	IEF/MG
2 – Governo Estadual	Bruno de Oliveira	IMA/AL
2 – Governo Estadual	Thiago Tardivo	CTEA/Tocantins



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
DSisnama

<b>2 – Governo Estadual</b>	Caio Alexandre C. Vieira	IEF MG
<b>2 – Governo Estadual</b>	Adriany Christina Pereria	
<b>2 – Governo Estadual</b>	Aline Christini de Oliveira	
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Eduardo Ono	CNA ok
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Marilsa	CONAP/Peixe-SP
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Kalinka Lessa Kosa	CNAok
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Felipe Werber	ABLA/CONAPE
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Renato Torigoi	EMBRAPA
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Eliane Yoshioka	Embrapa AP
<b>3 - Setor Empresarial</b>	Dyego Santana Reis	Tocantis
<b>Sociedade Civil</b>	Maria Lucia Coelho Silva	ABES
<b>Sociedade Civil</b>	Yara Schaeffer Novelli	SC
<b>Sociedade Civil</b>	Gustavo Malaco	Guaycui/MG
<b>Observador (a)</b>	Taciano	CREA/PR
<b>Observador (a)</b>	Caio Alexandre Santos	Univ. Palotina/PR
<b>Observador (a)</b>	André Muniz Afonso	UFPR
<b>Observador (a)</b>	Pereira	
<b>Observador (a)</b>	Liceros Alves dos Reis	
<b>Observador (a)</b>	Fernanda Garcia Sampaio	
<b>Observador (a)</b>	Vinícius Diniz	DSisnama
<b>Observador (a)</b>	Vinícius Vitoi	DSisnama
<b>Observador (a)</b>	Maria Clara Oliveira	DSisnama
<b>Observador (a)</b>	Joana Dias Tanure	DSisnama
<b>Observador (a)</b>	Alvanite Silva e Moura	DSisnama

## 2- Matéria



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

Nº 02000.003079/2020-16 - Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

### **3- Resumo da Reunião**

Luciene Mignani abriu a reunião agradecendo a participação de todos no aprimoramento da resolução atendendo demanda do setor produtivo, avanços tecnológicos e demandas relacionadas ao meio ambiente. Explicou que todos os textos necessários para a reunião se encontram no site do Conama. Em razão de ter superado todos os temas resolveu-se reler todo o texto. Chegaram algumas sugestões dos representantes da Bahia na forma de orientação técnica. Contribuição da Bahia foi feita em cima da resolução antiga. Felipe Weber acha que debates deveriam focar a versão atual. Aline-BA esclareceu dizendo que os debates já haviam iniciado e representantes da Bahia não participaram do início dos trabalhos. Disse que o documento tem comentários sobre a resolução vigente e da minuta em construção.

Foi projetado a versão atual da minuta para todos os presentes e Luciene-MAPA fez a leitura. Abaixo os itens que foram contestados/comentados

- Conceito de aquicultura ficou genérica para abarcar diversas espécies e formas de cultivo
- Carcinocultura marinha não é objeto desta resolução
- Protocolo para uso de águas da União é feito no MPA e existe critérios para uso destas águas
- Conceito de formas jovens voltou com o termo “outros invertebrados”, assim ficará incluídos coral e acrescentou o temo juvenil.
- Porte do empreendimento necessita ser relacionado ao potencial de poluição uma vez que é consequência do porte de produtividade. Sugestão da Aline e Yara. Torigoi discordou porque há grande diversidade de situações e uma norma geral como a CONAMA 413 não consegue atender, devem ser feitas normativas estaduais. Taciano defende que muitos técnicos não estão familiarizados com normas. É importante o tema tamanho x potencial poluição x localização. Para Torigoi o adensamento é mais impactante que o porte, existem situações que é preferível aumentar área (quando custo da terra é baixo) em detrimento do adensamento. Aline voltou a temas superados porque não estava na reunião quando se debateu o tema e sugeriu substituir o porte por produção/adensamento para ter o potencial de poluição. Ficou marcado o inciso VI (porte) para debater quando estiver na tabela. Para Aline por se tratar de resolução sobre licenciamento deve incluir potencial de poluição. Debateu-se licença por adesão e compromisso, sistema de cultivo fechado, sistema de cultivo aberto, sistema integrado ou consorcio.

André Muniz trouxe informações de que o artigo sobre sanidade aponta para outros sistemas de cultivo indicando que há necessidade de trabalhar com os sistemas de



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

cultivos descritos em artigos específicos. Sérgio Winckler destacou que o sistema de cultivo integrado foi aprovado com outra redação que incluía animais de granja

- Aline sugeriu incluir conceito de APP de outra resolução do Conama.

- Leitura das regiões – não houve questionamentos

- Art. 4º

- Aline levantou novamente a questão de espécies alóctones, houve questionamentos sobre voltar a este assunto porque importa saber se as espécies são autorizadas pelo IBAMA.

- Taciano destacou importância de colocar alguma referência a entorno de tanque redes porque concessionária podem bloquear acesso. Foi explicado que este tema será definido pelas OEMAs. Para ele há conflito na bacia do Iguaçu-PR. Aline disse que tem este tipo de problema existe na Bahia e a solução foi um contrato com o proprietário dizendo que o acesso está liberado.

André Muniz trouxe a diferença entre mortandade e mortalidade, necessidade de alterar o termo para morte de indivíduos.

Debateu-se a importância de controle de cianofíceas e necessidade de controle.

Art. 6º é consenso.

Aline pediu mais informações sobre o termo dispensa de licenciamento e foi explicado que gera confusão porque dispensa não significa não fazer o licenciamento e por isto mudou para Licenciamento por Adesão e Compromisso-LAC. Sugeriu-se realizar reunião com ABEMA e ANAMMA. Explicou-se que o MPA está em contato com a Magna e ela está articulando reunião para identificar gargalos e potencial de desenvolvimento,

#### **4- Encaminhamentos**

Questão dos cianobactérias. Ficou para o MPA trazer sugestões.

Próxima reunião continua a partir do 7º art.

Enviar previamente as sugestões

Pedido para encaminhar versão atual

Próxima reunião 25/3

#### **5- Observação**



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

Os registros desta reunião não são suficientes para compressão de todos os debates e sugestões de emendas ao texto e deverá ser consultada em conjunto com alterações realizadas na minuta de resolução.

Reunião encerrada às 12h30.